

Tomando Decisões Bíblica

Lição 2

A Perspectiva Normativa:
Deus E Sua Palavra



thirdmill

Biblical Education. For the World. For Free.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte dessa publicação pode ser reproduzida sob qualquer forma, ou para fins lucrativos, exceto em breves citações para os propósitos de revisão e comentários, sem a permissão da editora Third Millennium Ministries, Inc. 316 Live Oaks Blvd., Casselberry, Florida 32707.

A menos que indicado de outra forma, todas as citações das Escrituras são da Bíblia Sagrada, Standard Version® (ESV®), copyright © 2001 por Crossway um ministério de publicação da Good News Publishers. Usado com permissão. Todos os direitos reservados.

SOBRE O THIRD MILLENNIUM MINISTRIES

Fundado em 1997, Third Millennium Ministries é uma organização cristã sem fins lucrativos dedicada a proveer:

Educação Bíblica, Grátis, Para o Mundo

Nosso objetivo é oferecer educação cristã gratuita a centenas de milhares de pastores e líderes cristãos em todo o mundo que não possuem treinamento suficiente para o ministério. Atingimos esse objetivo produzindo e distribuindo globalmente um currículo de seminário multimídia sem paralelo em inglês, árabe, mandarim, russo e espanhol. Nosso currículo também está sendo traduzido para mais de uma dúzia de outros idiomas por meio de nossos ministérios parceiros. O currículo consiste em vídeos com gráficos, instruções impressas e recursos da Internet. Ele foi projetado para ser usado por escolas, grupos e indivíduos, tanto online quanto em comunidades de aprendizagem.

Ao longo dos anos, desenvolvemos um método altamente econômico de produzir lições de multimídia premiadas com o melhor conteúdo e qualidade. Nossos escritores e editores são educadores teologicamente treinados, nossos tradutores são falantes nativos teologicamente de seus idiomas-alvo e nossas lições contêm as idéias de centenas de respeitados professores e pastores de todo o mundo. Além disso, nossos designers gráficos, ilustradores e produtores aderem aos mais altos padrões de produção usando equipamentos e técnicas de ponta.

Para cumprir nossas metas de distribuição, a Thirdmill estabeleceu parcerias estratégicas com igrejas, seminários, escolas bíblicas, missionários, emissoras cristãs e provedores de televisão por satélite e outras organizações. Essas relações já resultaram na distribuição de inúmeras vídeo-aulas para líderes indígenas, pastores e estudantes do seminário. Nossos sites também servem como vias de distribuição e fornecem materiais adicionais para complementar nossas lições, incluindo materiais sobre como iniciar sua própria comunidade de aprendizado.

Thirdmill é reconhecido pelo IRS como uma corporação 501 (c) (3). Dependemos das contribuições generosas e dedutíveis de impostos de igrejas, fundações, empresas e indivíduos. Para mais informações sobre o nosso ministério e para saber como você pode se envolver, visite www.thirdmill.org.

Conteúdo

I. Introdução	1
II. Deus como padrão	2
A. Deus em si mesmo	2
1. Atributos Pessoais	2
2. Padrão Final	4
B. Deus como Juiz	5
C. Implicações	6
III. Palavra como padrão	7
A. Três Categorias	8
B. Caráter Normativo	8
1. Revelação Geral	8
2. Revelação Especial	12
3. Revelação Existencial	14
C. Unidade	19
IV. Conclusão	19

Tomando Decisões Bíblicas

Lição 2

A Perspectiva Normativa: Deus E Sua Palavra

INTRODUÇÃO

As crianças podem ser muito divertidas, especialmente quando tentam aprender e aplicar novas idéias. Outro dia a filha de quatro anos do meu amigo veio até ele antes do jantar com um pedaço de bala na mão e disse: “Papai, deixe-me comer esse doce”. Agora, ela normalmente não tinha permissão para comer doces antes de uma refeição, então seu pai lhe perguntou: “Por que eu deveria deixar você comer esse doce um pouco antes do jantar?” E ela respondeu com grande bravura: “Porque eu disse.”

Agora, é óbvio que esta menina aprendeu a resposta de seus pais. Então, ela naturalmente esperava que seu pai obedecesse assim que ele ouvisse aquelas palavras mágicas, “Porque eu disse”. Mas essa menininha não entendia um fato fundamental sobre a comunicação humana. A autoridade de comandos e diretivas depende da autoridade da pessoa que as diz. Embora a menina usasse as mesmas palavras que seus pais, ela tinha que obedecer porque seus pais estavam falando, mas seus pais não tinham que obedecer porque ela estava falando.

À medida que exploramos a ética cristã, devemos nos apegar a esse fato fundamental: a autoridade dos princípios morais é derivada da pessoa que os diz. Por que devemos nos submeter à instrução das Escrituras? Por que as diretrizes morais da fé cristã têm autoridade sobre nós? A resposta é direta — essas diretivas têm autoridade porque vêm de Deus que tem toda autoridade. Nós as obedecemos “porque ele disse”.

Esta é a segunda lição da nossa série sobre como tomar decisões bíblicas. Nesta série de lições, estamos nos concentrando no processo que a Bíblia nos ensina a seguir quando tomamos decisões éticas. Nós intitulamos esta lição “A Perspectiva Normativa: Deus e Sua Palavra”. E nesta lição, começaremos a explorar a questão da autoridade na ética, ou, para ser mais preciso, a autoridade de Deus e sua Palavra na ética.

Na lição anterior, vimos que tomar decisões éticas como cristãos exige que consideremos três questões básicas: o padrão apropriado, o objetivo apropriado, o motivo apropriado. Também designamos essas considerações como perspectivas normativa, situacional e existencial na ética cristã. Para tomar decisões morais que agradem a Deus e levem a suas bênçãos, devemos olhar as questões de uma perspectiva normativa, nos concentrando em padrões ou normas relevantes.

Devemos também olhar para as questões de uma perspectiva situacional, nos certificando de que avaliamos os fatos e resultados relevantes de uma situação com responsabilidade. E devemos olhar os assuntos de uma perspectiva existencial, nos certificando de que temos propósitos e motivos adequados. Nesta lição, examinaremos primeiro a perspectiva normativa, os padrões apropriados para decisões éticas, nos concentrando nos padrões de Deus e de sua palavra.

Esta lição irá dividir-se em duas partes principais: Vamos olhar primeiro para o próprio Deus como nosso padrão absoluto. Em segundo lugar, exploraremos como a Palavra de Deus serve como norma ética ou padrão revelado. Vamos voltar nossa atenção primeiro para o próprio Deus como norma ética.

DEUS COMO PADRÃO

Você deve se lembrar de que, em nossa primeira lição desta série, vimos que o próprio Deus é nossa norma ética absoluta. Aquelas coisas que concordam com o caráter de Deus são “boas” e “corretas”, enquanto que as coisas que não concordam são “más” e “erradas”. Deus é a norma ética absoluta porque não é responsável por nenhum padrão fora ou acima de si mesmo. Ele tem autoridade moral absoluta. Ninguém, a não ser Deus, tem o direito último de determinar o que é bom e o que é mal, ou tornar os juízos eternos vinculantes baseados em suas determinações.

A fim de compreender melhor essas idéias e suas implicações, examinaremos mais de perto três aspectos importantes de Deus como nosso padrão moral: primeiro, consideraremos o caráter de Deus como a lei ou padrão moral absoluto. E em segundo lugar, veremos que Deus é o juiz moral absoluto que fará julgamentos vinculantes sobre cada indivíduo. E terceiro, exploraremos algumas das implicações dessas verdades para nossas próprias decisões éticas. Vamos olhar primeiro para o caráter de Deus como o padrão moral absoluto.

DEUS EM SI MESMO

Há muitas questões que poderiam ser abordadas quando pensamos no próprio Deus como a lei moral absoluta. Mas, para nossos propósitos, abordaremos dois assuntos: primeiro, falaremos de bondade como um atributo pessoal de Deus. Em segundo lugar, veremos o fato de que a bondade de Deus é o padrão supremo para toda bondade.

Atributo Pessoal

Em primeiro lugar, quando falamos de bondade como um atributo pessoal de Deus, queremos dizer que ele mesmo é o padrão pelo qual toda a moralidade é medida. Embora às vezes falemos abstratamente sobre conceitos de bondade e correção, e embora possamos aplicar termos como bom e correto a objetos e idéias impessoais, esses conceitos são corretamente derivados de algo muito mais básico: a bondade da pessoa de Deus. Não pode existir algo como bondade ou correção fora do caráter de Deus. O valor ético existe apenas como um reflexo de Deus. Em um sentido muito real, ele não é apenas bom e correto; ele é bondade e justiça.

Como vimos em nossa primeira lição, uma maneira pela qual as Escrituras ilustram essa ideia de que os atributos de Deus são o padrão moral absoluto é através da metáfora da luz. Em 1 João 1:5-7, o apóstolo João ensinou:

Deus é luz; nele não há treva alguma. Se afirmarmos que temos comunhão com ele, mas andamos nas trevas, mentimos e não praticamos a verdade. Se, porém, andarmos na luz, como ele está na luz, temos comunhão uns com os outros, e o sangue de Jesus, seu

Filho, nos purifica de todo pecado (1 João 1:5-7, literalmente).

A metáfora de Deus como luz é principalmente uma avaliação moral. A escuridão é equiparada ao pecado e à mentira, e a luz está associada à verdade e à pureza do pecado. Essencialmente, esta passagem explica que Deus está perfeitamente livre do pecado definindo o pecado como aquilo que é estranho à natureza de Deus. Em outras palavras, assume que o próprio Deus é o padrão supremo de bondade e retidão, de modo que qualquer coisa contrária à natureza de Deus é pecado.

Jesus expressou a mesma ideia quando afirmou em Marcos 10:18:

Ninguém é bom, a não ser um, que é Deus (Marcos 10:18).

Ao dizer que somente Deus encontrou o padrão de bondade, Jesus indicou que estava falando de bondade perfeita e total, em vez de bondade relativa ou derivada. Afinal, a Bíblia chama outras pessoas de boas. Mas a bondade de Deus é diferente. Ao contrário de todas as outras qualidades, é perfeita em qualidade, absoluta em grau e única para as pessoas da Trindade.

Encontramos declarações semelhantes da suprema bondade de Deus em toda a Escritura, como no Salmo 5:4, onde Davi declarou:

O mal não pode habitar em [Deus] (Salmos 5:4).

E em Daniel 4:37 onde mesmo o rei gentio Nabucodonosor proclamou:

Tudo o que ele faz é certo, e todos os seus caminhos são justos (Daniel 4:37).

Talvez o texto mais sucinto que contém esta ideia seja Mateus 5:48, onde Jesus afirmou:

Sejam perfeitos como perfeito é o Pai celestial de vocês (Mateus 5:48).

Em todas essas passagens, vemos Deus apresentado como a lei moral absoluta de duas maneiras: 1) o Senhor é apresentado como o ápice da perfeição como um ser que é totalmente sem defeito; e 2) nós, como leitores da Escritura, somos encorajados a medir nossa própria bondade contra as ações e o caráter de Deus.

Com base nessas e em outras passagens bíblicas, podemos afirmar corretamente que a bondade e a retidão devem ser consideradas, em primeiro lugar, como atributos eternos das pessoas da Trindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. A bondade, então, consiste nas atitudes, valores, motivos, desejos e metas que o Deus vivo tem dentro de seu próprio coração. Assim, a fim de descobrir o padrão certo de bondade, não devemos nos esforçar simplesmente para aprender princípios abstratos e éticos. Pelo contrário, devemos nos esforçar para conhecer o coração de Deus.

Padrão Final

Em segundo lugar, quando falamos de Deus como a lei moral absoluta, também queremos dizer que não há padrão mais elevado do que a pessoa de Deus. A bondade de Deus é o padrão supremo para toda bondade.

Infelizmente, muitas pessoas acreditam no equívoco de que existe uma definição de “bom” contra a qual o próprio Deus deve ser medido para ser chamado de “bom” e “certo”. Por exemplo, algumas pessoas pensam que Deus não pode ser bom se ele julga seres humanos. Outros acreditam que um bom Deus nunca permitiria o mal. E com base nessas suposições, eles concluem erroneamente que o Deus da Bíblia não pode ser corretamente descrito como “bom”.

Infelizmente, embora os cristãos rejeitem essa conclusão de que Deus não é bom, alguns crentes aceitam erroneamente a noção de que existe um padrão mais elevado de bondade ao qual até mesmo Deus deve se conformar.

Agora, devemos admitir que às vezes os próprios escritores bíblicos parecem ter avaliado Deus por padrões diferentes de seu próprio caráter. Mais comumente, eles mediram Deus contra a Bíblia. Por exemplo, no Salmo 119:65, 68 o salmista escreveu:

**Trata com bondade o teu servo, Senhor, conforme a tua promessa ...
Tu és bom, e o que fazes é bom; ensina-me os teus decretos (Salmos
119:65, 68).**

No versículo 65, o salmista reconheceu que a palavra de Deus era um padrão para o bem e até indicou que as próprias ações de Deus poderiam ser julgadas “boas” por este padrão. E no verso 68 ele proclamou que Deus era de fato bom e que as ações de Deus eram boas, implicando que isso era porque Deus havia agido de acordo com sua palavra. Finalmente, o salmista termina o versículo 68 expressando seu desejo de aprender os decretos de Deus, isto é, a lei de Deus, a fim de que ele pudesse se conformar com a bondade de Deus. Em resumo, nesses versos o salmista mediu as ações de Deus pelo padrão da lei de Deus e achou que as ações de Deus eram boas.

Mas os escritores da Escritura também sabiam que a lei não é externa a Deus; antes, é a sua auto-expressão. Considere, por exemplo, que mais tarde, no Salmo 119:137 e 142, o salmista escreveu:

**Justo és, Senhor, e retas são as tuas ordenanças ... A tua justiça é
eterna, e a tua lei é a verdade (Salmo 119:137, 142).**

A lei de Deus é correta e boa porque vem de Deus, que é correto e bom. Porque ele é justo, tudo o que ele faz e tudo o que ele expressa — incluindo sua lei — manifesta sua bondade. Assim, mesmo quando os autores bíblicos compararam Deus ao padrão da lei, sua intenção era simplesmente refletir sobre como a lei expressa o caráter de Deus.

Os autores das Escrituras nunca pretenderam ensinar que Deus estava sujeito à lei da maneira que os seres humanos são. Eles também não acreditavam que era possível que Deus contradissesse os padrões revelados na lei. A Bíblia fala consistentemente da bondade pessoal de Deus como o padrão absoluto pelo qual todas as questões éticas devem ser avaliadas.

DEUS COMO JUIZ

Além de ser o padrão moral absoluto, veremos que Deus é também o juiz absoluto da moralidade. Ou seja, ele tem a suprema prerrogativa de determinar se determinadas ações, emoções e pensamentos se encontram ou não em suas exigências morais. E ele tem o direito final e poder para agir de acordo com suas determinações.

Agora, é verdade que Deus delega aos seres humanos alguma responsabilidade para fazer juízos éticos. Por exemplo, de acordo com as Escrituras, os governos humanos legítimos recebem responsabilidade limitada de honrar o bem e punir o mal. Mas a Bíblia também ensina que nossos julgamentos humanos são apenas corretos e válidos na medida em que refletem os julgamentos de Deus. O próprio Jesus deixou claro que no último dia, o próprio Deus julgará todas as pessoas por suas ações, e assim ele confirmará ou condenará todos os julgamentos que os seres humanos já fizeram. Naquele tempo, ele amaldiçoará aqueles cujas obras são más e abençoará aqueles cujas obras são boas.

João 5:27-30 registre as palavras de Jesus sobre esse assunto:

[O Pai] deu [ao Filho] autoridade para julgar ... todos os que estiverem nos túmulos ouvirão a sua voz 29 e sairão; os que fizeram o bem ressuscitarão para a vida, e os que fizeram o mal ressuscitarão para serem condenados ... meu julgamento é justo, pois não procuro agradar a mim mesmo, mas àquele que me enviou. (João 5:27-30).

Independentemente das conclusões éticas que alcançamos nesta vida, o próprio Deus é a mais alta corte do universo. Ele fará a determinação definitiva de termos ou não vivido moral ou imoralmente — e seus julgamentos serão totalmente vinculantes. Não há base sobre a qual alguém possa desafiar a autoridade de Deus. Toda autoridade e todo o poder pertencem a ele, de modo que não há como evitar seus julgamentos. Ouça as palavras de Deus a Jó sobre esse assunto em Jó 40:2-14:

Aquele que contende com o Todo-Poderoso poderá repreendê-lo? ... Você vai pôr em dúvida a minha justiça? Vai condenar-me para justificar-se? Seu braço é como o de Deus, e sua voz pode trovejar como a dele? Adorne-se, então, de esplendor e glória, e vista-se de majestade e honra ... Então admitirei que a sua mão direita pode salvar você (Jó 40:2-14).

É direito de Deus julgar porque ele tem autoridade absoluta. E seus julgamentos são inescapáveis porque ele tem poder absoluto. Embora as criaturas de Deus possam desejar escapar de sua autoridade e poder, elas não podem.

Em última análise, há apenas duas opções: ou nos submetemos a ele como nosso juiz buscando refúgio em sua misericórdia por meio de Cristo, ou o desafiamos e sofremos o castigo eterno. E no caso de sermos tentados a nos ressentir de Deus e desconfiar de seus julgamentos, devemos nos apressar em acrescentar que todas as suas

determinações são justas e corretas. Ele não é caprichoso, mas sempre julga de acordo com o padrão imutável de seu caráter. Como Eliú argumentou em Jó 34:10-12:

Longe de Deus esteja o fazer o mal, e do Todo-poderoso o praticar a iniquidade. Ele retribui ao homem conforme o que este fez, e lhe dá o que a sua conduta merece. Não se pode nem pensar que Deus faça o mal, que o Todo-poderoso perverta a justiça (Jó 34:10-12).

Como juiz absoluto da moralidade, Deus aplica consistentemente o padrão moral absoluto de seu caráter em todo julgamento que faz. Seus julgamentos são perfeitos, exibindo discernimento e sabedoria impecáveis, justiça infalível e moralidade impecável.

Com essa compreensão básica de Deus como norma moral absoluta e como juiz absoluto da moralidade em mente, vamos agora voltar nossa atenção para algumas das implicações desses assuntos em nossas vidas.

IMPLICAÇÕES

Quando falamos de Deus como o padrão moral absoluto, nos referimos principalmente à existência de Deus em si e de si mesmo. E quando falamos de Deus como o juiz absoluto da moralidade, nos concentramos principalmente em suas interações com sua criação. Neste ponto, vamos voltar nossa atenção para o fato de que o poder e autoridade de Deus para julgar obrigam suas criaturas a viver de acordo com o padrão de seu caráter.

Você se lembrará, por exemplo, que em 1 Pedro 1:15-16, Pedro instruiu seus leitores desta maneira:

Assim como é santo aquele que os chamou, sejam santos vocês também em tudo o que fizerem, 16 pois está escrito: “Sejam santos, porque eu sou santo”(1 Pedro 1:15-16).

Nesta passagem, Pedro afirmou o que já dissemos, a saber, que o caráter de Deus é o padrão supremo para todo o comportamento humano. Mas ele também aplicou essa idéia insistindo que, porque Deus é o padrão para todo comportamento humano, a humanidade é consequentemente obrigada a obedecer e imitar a Deus.

É claro que é importante perceber que quando falamos em imitar a Deus, não estamos falando em relativizar a distinção entre o criador e a criatura. Pelo contrário, estamos falando de nossa responsabilidade de refletir seu caráter. Por exemplo, quando Pedro escreveu que devemos ser santos porque Deus é santo, ele quis dizer que o caráter de Deus dita o que é a santidade e que, porque Deus age de acordo com a sua santidade, também devemos agir de acordo com a sua santidade.

Encontramos um tipo semelhante de pensamento no Sermão da Montanha. Em Mateus 5:44-48, Jesus disse:

Amem os seus inimigos e orem por aqueles que os perseguem, para que vocês venham a ser filhos de seu Pai que está nos céus. Porque ele

faz raiar o seu sol sobre maus e bons e derrama chuva sobre justos e injustos ... sejam perfeitos como perfeito é o Pai celestial de vocês (Mateus 5:44-48).

Porque o comportamento de Deus também é perfeitamente bom e moral, é também um padrão moral obrigatório. Portanto, é obrigação de toda pessoa obedecer a Deus, conforme o padrão de suas ações.

Agora, para a maioria de nós, esse aplicativo provavelmente parece óbvio. Afinal, se Deus é a autoridade absoluta que nos responsabiliza por um padrão absoluto, então devemos concluir que somos obrigados a obedecer a esse padrão. Na realidade, no entanto, muitas pessoas que são confrontadas com a autoridade soberana e o padrão justo de Deus desconsideram os mandamentos de Deus e inventam suas próprias regras para suas vidas.

Alguns acreditam que, mesmo que Deus tenha o poder de julgá-los, ele não tem o direito. Eles podem até acreditar que é honroso e bom resistir a Deus, apesar das conseqüências, assim como alguém pode resistir a um ditador humano malvado.

Também vemos uma forma dessa atitude nos círculos cristãos. Por exemplo, muitos na igreja acreditam que, porque Jesus morreu por nossos pecados, Deus não requer mais nossa obediência. Eles confundem perdão com licença, erroneamente imaginando que, porque todos os nossos pecados são perdoados, podemos viver como quisermos. Na verdade, no entanto, até mesmo os crentes devem viver pelo padrão do caráter de Deus. Ouça como João colocou em 1 João 1:7:

Se andamos na luz, como ele está na luz ... o sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado (1 João 1:7).

João ressalta pelo menos dois pontos nesta passagem que são diretamente relevantes para nossa discussão. Primeiro, ensinando que todos devemos “andar na luz, como ele está na luz”, João indicou que todos os crentes são obrigados a imitar a Deus. Em segundo lugar, João disse que nossa obrigação de obedecer ao padrão de Deus está relacionada ao nosso perdão em Cristo. Somente se estamos imitando a Deus, o sangue de Cristo nos purifica do pecado. Não podemos ter Jesus como salvador sem sermos obrigados a obedecê-lo como Senhor.

Tendo examinado mais de perto a idéia de que o próprio Deus é a norma ética absoluta, estamos agora em condições de nos voltar para nosso segundo tópico principal neste estudo da perspectiva normativa na ética: a Palavra de Deus como nossa norma ética revelada.

PALAVRA COMO PADRÃO

Nós examinamos várias maneiras pelas quais a Bíblia demonstra que o próprio Deus é nossa norma ética absoluta. Mas o fato é que só sabemos como é Deus porque ele se revelou a nós através de sua Palavra. Sem essa revelação, seu caráter seria misterioso e

desconhecido, para que não pudéssemos cumprir nossa obrigação de seguir seu exemplo. Felizmente, a revelação de Deus nos ensina muitas coisas sobre seu caráter, nos permitindo fazer determinações éticas informadas que refletem esse padrão. Assim, enquanto insistimos que o próprio Deus é nossa norma suprema, devemos confiar em sua revelação ou na Palavra como nossa norma prática.

Para explorar como a palavra de Deus é nossa norma ética revelada, vamos lidar com três questões: Primeiro, vamos abordar as três categorias de revelação. Em segundo lugar, falaremos do caráter normativo dessas três categorias de revelação. E terceiro, exploraremos a unidade dessas três categorias de normas reveladas.

TRÊS CATEGORIAS

Em primeiro lugar, para avançar em nossa compreensão da ética cristã, devemos enfrentar o fato de que Deus se revelou de três maneiras.

Tradicionalmente, os teólogos têm falado da revelação de Deus principalmente em duas categorias: revelação especial e revelação geral. Na categoria de revelação especial, eles colocaram comunicações diretas de Deus, como as Escrituras, profecias, sonhos e visões. A categoria de revelação geral incluiu coisas como história, o universo, clima, plantas, animais e seres humanos. Simplificando, a revelação geral tem sido uma categoria genérica para manter tudo o que não é considerado uma revelação especial.

Embora essa abordagem tradicional seja útil em alguns aspectos, ela tende a manter nossa atenção longe de algumas dimensões muito importantes da revelação de Deus. Então, nesta lição, também falaremos sobre revelação existencial, revelação de Deus em pessoas, revelação que é frequentemente agrupada com revelação geral, mas que realmente merece ser tratada separadamente.

Com as três categorias de revelação em mente, estamos em posição de explorar como toda a revelação de Deus nos fornece normas que revelam o caráter de Deus e nos guiam na tomada de decisões éticas.

CARÁTER NORMATIVO

Vamos olhar primeiro para os aspectos normativos da Palavra de Deus encontrados na revelação geral, segundo para as normas da revelação especial e terceiro para a revelação existencial como um padrão revelado. Vamos voltar nossa atenção agora para o modo como a revelação geral de Deus serve como uma autoridade sobre nós.

Revelação Geral

Quando falamos de revelação geral, estamos preocupados com o modo como a criação e a história nos dizem coisas verdadeiras sobre Deus e suas exigências morais de nós. Naturalmente, a revelação geral não pode nos ensinar tudo. Por exemplo, algumas coisas, como o caminho da salvação através de Jesus Cristo, são ensinadas apenas por

meio de revelação especial, e ainda outros aspectos da vontade de Deus vêm a nós principalmente através da revelação existencial. Além disso, a Bíblia enfatiza o fato de que, quando Adão e Eva caíram em pecado, o mundo criado caiu com eles, de modo que a natureza foi corrompida. Como resultado, a criação e a história são difíceis de interpretar; elas não nos apresentam mais uma imagem perfeitamente clara do caráter de Deus. No entanto, a Bíblia nos assegura que a revelação geral ainda fala de uma forma suficientemente clara para nos ensinar coisas verdadeiras sobre Deus, para revelar o padrão perfeito do caráter de Deus e, portanto, servindo como uma das normas reveladas por Deus.

Falaremos de dois aspectos importantes da revelação geral que se aplicam à ética cristã: sua complexidade e sua importância.

Complexidade. Em primeiro lugar, a revelação geral é complexa. É comum os cristãos pensarem em revelação geral em termos muito simples, como se toda forma de revelação geral fosse igual. Na realidade, existem vários graus de generalidade e especialidade dentro da categoria de revelação geral. Alguns aspectos da revelação geral são comuns a todas as pessoas, enquanto outros são restritos a grupos muito limitados de pessoas. Alguns aspectos são bastante vagos em significado, enquanto outros são particularmente claros. Alguns aspectos seguem a ordem natural com muito pouca indicação do envolvimento diário ativo de Deus, enquanto outros demonstram claramente a intervenção sobrenatural de Deus.

Por exemplo, considere um extremo do espectro, a amplamente conhecida revelação geral do sol. Quase todos na história do mundo viram o sol e seus efeitos. E no sol, eles viram a auto-revelação de Deus. Este é talvez o tipo mais geral de revelação geral que se possa imaginar. Mas considere também que, ao ver o sol e seus efeitos, todos os seres humanos são, assim, obrigados a uma resposta ética específica, que Jesus descreveu em Mateus 5:44-45:

Amem os seus inimigos e orem por aqueles que os perseguem, 45 para que vocês venham a ser filhos de seu Pai que está nos céus. Porque ele faz raiar o seu sol sobre maus e bons e derrama chuva sobre justos e injustos (Mateus 5:44-45).

O fato de o sol se levantar sobre as pessoas más, aquecê-las e fazer com que suas plantações cresçam demonstra que Deus é paciente e bondoso até mesmo com os pecadores que o odeiam. E como todos os seres humanos são responsáveis por imitar o caráter de Deus, todos somos responsáveis por amar e orar por nossos inimigos.

No outro extremo do espectro, alguma revelação geral é conhecida por tão poucas pessoas que parece ser muito semelhante à revelação especial. Por exemplo, considere a história da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo. Como já dissemos, a história faz parte da revelação geral.

Quando vemos os eventos que Deus permite e como ele governa o mundo ao longo do tempo, aprendemos muito sobre ele. E a história da redenção, particularmente da obra de Jesus Cristo, nos diz muito sobre Deus, sobre nós mesmos e sobre a salvação.

Veja como Paulo expôs a história da ressurreição em Atos 17:30-31:

No passado Deus não levou em conta essa ignorância, mas agora ordena que todos, em todo lugar, se arrependam. Pois estabeleceu um dia em que há de julgar o mundo com justiça, por meio do homem que designou. E deu provas disso a todos, ressuscitando-o dentre os mortos (Atos 17:30-31).

Paulo argumentou que o fato histórico da ressurreição de Jesus Cristo era a prova de que Deus havia estabelecido um dia em que julgaria o mundo inteiro. Ele também argumentou que o próximo dia de julgamento obriga todos os homens em todos os lugares a se arrependerem. Em outras palavras, a revelação geral do fato histórico da ressurreição obriga todas as pessoas.

Esse tipo de revelação geral é muito semelhante à revelação especial, porque é raro e incomum. Muitas pessoas não viram Jesus quando ele viveu e morreu. E sua vida e morte foram altamente extraordinárias; elas eram diferentes de qualquer outra vida ou morte humana. Sua ressurreição, por sua vez, foi inegavelmente milagrosa. No entanto, elas não alcançam o nível de revelação especial porque não comunicam como devemos nos arrepender ou o que o compromisso total com Deus implica totalmente.

Importância. Em segundo lugar, na ética cristã, precisamos afirmar a importância da revelação geral para a tomada de decisões éticas. Deus mantém toda a humanidade responsável por reconhecer e se conformar com os aspectos de seu caráter que são revelados a eles através da criação e da história.

A princípio, pode parecer estranho para muitos cristãos colocarmos um valor tão alto no que aprendemos de Deus através da criação e da história. Afinal, uma das marcas da teologia protestante é que enfatizamos as Escrituras acima de todos os outros tipos de revelação. Mas a verdade é que, embora exaltemos justamente as Escrituras como a forma suprema de revelação em nossos dias, os protestantes sempre afirmaram a validade e a autoridade obrigatória da revelação geral. Por exemplo, a *Confissão de Fé de Westminster* começa no capítulo 1, seção 1, com estas palavras:

Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, que os homens ficam inescusáveis, contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação

Deus exibiu seu caráter através do que ele fez e através de sua interação contínua com o que ele fez. E porque o próprio Deus é nossa norma absoluta, somos obrigados a obedecer a sua auto-revelação que nos chega através da revelação geral. Paulo expressou essas idéias em Romanos 1:18-20, onde escreveu:

Portanto, a ira de Deus é revelada dos céus contra toda impiedade e injustiça dos homens que suprimem a verdade pela injustiça, pois o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou. Pois desde a criação do mundo os atributos invisíveis de Deus, seu eterno poder e sua natureza divina, têm sido vistos

claramente, sendo compreendidos por meio das coisas criadas, de forma que tais homens são indesculpáveis (Romanos 1:18-20).

A revelação geral é um padrão ou norma para a crença em Deus que é obrigatória para todas as pessoas. E porque a revelação geral é uma norma obrigatória, todo aquele que age contrariamente ao que Deus revelou é culpado de pecado.

Essa mesma ideia aparece claramente em Romanos 1:32, onde Paulo acrescentou esse comentário àqueles que rejeitam a Deus quando ele se revela na criação:

Embora conheçam o justo decreto de Deus, de que as pessoas que praticam tais coisas merecem a morte (Romanos 1:32).

Aqui Paulo chamou a revelação geral de “decreto”. Outras traduções traduzem essa palavra como “ordenança” ou “julgamento”. A ideia básica, no entanto, é clara: revelação geral é um padrão revelado que é óbvio para todos e que Deus ordena a todos obedecer.

Agora, muitas pessoas discordariam da avaliação de Paulo de que esse padrão é óbvio para todos. Alguns de nós, sem dúvida, sentem que não aprendemos essas coisas desde a criação e que essas informações são específicas demais para serem coletadas da natureza e da história. O mesmo também foi verdade nos dias de Paulo, então o apóstolo incluiu uma discussão de por que muitas pessoas não entendem esses fatos da revelação geral. Em Romanos 1:21 ele explicou:

Porque, tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe renderam graças, mas os seus pensamentos tornaram-se fúteis e o coração insensato deles obscureceu-se (Romanos 1:21).

Paulo estava dizendo que, embora a revelação geral nos fale claramente, rejeitamos seu significado óbvio em favor de outros significados. Incrédulos antigos inventaram falsos deuses. Os incrédulos modernos geralmente atribuem a criação ao acaso. E até mesmo muitos cristãos se acostumaram a pensar sobre a criação através dos olhos da incredulidade moderna. No entanto, a revelação de Deus na criação ainda é obrigatória. Ainda é o padrão revelado de Deus ao qual devemos nos conformar.

Provavelmente, Paulo estava se inspirando no Salmo 19 onde Davi escreveu no versículo 1:

Os céus declaram a glória de Deus; os firmamento proclama a obra de suas mãos (Salmo 19:1).

Segundo todos os relatos, os céus e o resto do mundo criado talvez sejam o aspecto mais geral da revelação geral. A maioria das pessoas que já viveu foi capaz de ver a vastidão do céu. Esse tipo de conhecimento é extremamente comum. E se até mesmo a mais geral das revelações gerais é obrigatória e autoritária, certamente as formas mais especiais de revelação geral são autoritárias também.

Tendo visto que a revelação geral vem em muitas formas e que todas essas formas revelam as normas de Deus, devemos considerar a revelação especial como outra norma revelada por Deus.

Revelação Especial

Quer achemos ou não fácil acreditar que a revelação geral é parte do padrão revelado por Deus para nossas vidas, todos os cristãos devem reconhecer facilmente que a revelação especial é uma norma que é obrigatória para nossas vidas. Assim como fizemos com a revelação geral, nos concentraremos na complexidade e importância da revelação especial para a ética cristã.

Complexidade. Em primeiro lugar, a revelação especial é complexa, chegando a nós de várias formas. A maioria dessas formas se baseia na palavra falada ou escrita, mas todas elas envolvem a comunicação de Deus com as pessoas de maneiras que transcendem o funcionamento normal da criação. Ao examinarmos as Escrituras, encontramos muitos exemplos diferentes de revelação especial. Em alguns casos, Deus aparece visivelmente e fala audivelmente a grupos ou indivíduos. Em outros casos ele é ouvido, mas não visto. Em outras ocasiões ele se comunica através de um mediador como um anjo que aparece ao seu povo. Deus também ordena comumente que aqueles que receberam sua revelação especial escrevam o que foi revelado, e este registro escrito é contado como Escritura, que é outra forma de revelação especial.

Agora, tão variados quanto esses diferentes tipos de revelação especial, todos são “especiais” em certo sentido, porque representam uma comunicação extraordinária ou sobrenatural entre Deus e o homem. Elas envolvem Deus interrompendo, por assim dizer, o curso natural dos eventos, a fim de se comunicar mais diretamente com seu povo.

Mas mesmo que esses vários tipos de revelação compartilhem esse laço comum, ainda podemos distinguir entre eles, porque alguns vêm mais diretamente de Deus com menos mediação. Aqueles que chegam através da mediação mais distante são os menos “especiais”; podemos até pensar neles como beirando a revelação geral. Aqueles que vêm mais diretamente de Deus, por sua vez, são os mais “especiais”.

Moisés falou com Deus diretamente e pessoalmente. Como lemos em Êxodo 33:11:

O Senhor falava com Moisés face a face, como quem fala com seu amigo (Êxodo 33:11).

No outro extremo do espectro da revelação especial, encontramos coisas como sonhos. O significado da revelação especial nos sonhos não está no fato de que a pessoa sonha, mas no fato de que Deus usa esse fenômeno natural para comunicar a verdade ao indivíduo.

Por exemplo, em Gênesis 41, encontramos o relato do sonho do Faraó com as sete vacas magras que comeram as sete vacas gordas. Certamente Faraó sabia que o sonho era sobrenatural, e isso é provado pelo seu apelo aos seus conselheiros para interpretá-lo para ele. Mas como Faraó sabia que seu sonho era sobrenatural? Deus não se dirigiu

diretamente a Faraó no sonho, nem mesmo enviou um anjo para falar com ele, como fez mais tarde com José em Mateus 1. A única coisa especial sobre o sonho de Faraó era que Deus o usou para se comunicar com Faraó. Fora o uso do sonho por Deus, essa revelação era indistinguível dos sonhos que ocorrem como parte normal da revelação geral.

Em resumo, alguma revelação especial é fantástica e obviamente sobrenatural, como a presença manifesta de Deus com pessoas como Moisés. Outra revelação especial, no entanto, se assemelha à vida humana normal e natural.

Em nossos dias, a forma mais comum de revelação especial (e a única forma universalmente reconhecida de revelação atual) é a Escritura. E até a própria Escritura tem partes que são muito especiais e outras partes que são um pouco mais comuns. Por exemplo, de acordo com Êxodo 31:18, Deus escreveu diretamente os Dez Mandamentos, contidos em “tábuas de pedra inscritas pelo dedo de Deus

Outros textos, no entanto, foram originalmente escritos por pagãos que interpretavam a revelação geral. Por exemplo, em Atos 17:28, Paulo falou estas palavras para sua audiência grega:

Como disseram alguns dos poetas de vocês: “Também somos descendência dele” [de Deus] (Atos 17:28).

Aqui Paulo ratificou as conclusões do poeta pagão e, assim, as palavras deste poeta pagão tornaram-se parte de uma revelação especial.

Outros textos mais comuns incluem certos provérbios coletados por escritores bíblicos, outras citações de poetas pagãos e as cópias das cartas entre o rei Artaxerxes da Pérsia e seus servos na região do Trans-Eufrates, que podem ser encontradas em Esdras 4.

A revelação especial é complexa, chegando a nós de várias formas. A maioria dessas formas se baseia na palavra falada ou escrita, mas todas elas envolvem a comunicação de Deus com as pessoas de maneiras que transcendem o funcionamento normal da criação.

Importância. Em segundo lugar, toda a revelação especial é importante para a ética cristã, porque toda revelação especial é normativa para nós; toda revelação especial é um padrão ao qual devemos aderir. Considere, por exemplo, que depois de Paulo ter citado os poetas pagãos Arato e Cleanthes em Atos 17:28, ele seguiu em frente e extraiu um pedido de suas palavras que é obrigatório para toda a humanidade. Ouça Atos 17:28-30:

Como disseram alguns dos poetas de vocês: “Também somos descendência dele”. Assim, visto que somos descendência de Deus, não devemos pensar que a Divindade é semelhante a uma escultura de ouro, prata ou pedra, feita pela arte e imaginação do homem. No passado Deus não levou em conta essa ignorância, mas agora ordena que todos, em todo lugar, se arrependam (Atos 17:28-30).

Apesar das origens pagãs das palavras “Nós somos seus descendentes”, o uso de Paulo como apóstolo autoritário de Deus transformou essa citação na revelação especial

de Deus para a humanidade, tornando-os um padrão obrigatório, obrigando “todas as pessoas em todos os lugares a se arrependem”.

E se até as palavras de origem pagã podem carregar tal força, certamente a revelação que é mais especial nos obriga ainda mais. De fato, vemos esta conclusão afirmada pela própria Escritura. Por exemplo, ouça o que Deus disse aos habitantes de Jerusalém em Jeremias 25:8-9 depois de terem repetidamente rejeitado seus profetas:

Portanto, assim diz o Senhor dos Exércitos: “Visto que vocês não ouviram as minhas palavras, convocarei todos os povos do norte e o meu servo Nabucodonosor, rei da Babilônia”, declara o Senhor, “e os trarei para atacar esta terra, os seus habitantes e todas as nações ao redor. Eu os destruirei completamente e os farei um objeto de pavor e de zombaria, e uma ruína permanente” (Jeremias 25:8-9).

Como o povo se recusou a ouvir os profetas de Deus, Deus ameaçou um julgamento extremo da aliança contra eles, advertindo-os de que os levaria à “ruína eterna” se não se arrependessem. Quando Deus revela a verdade através de seus representantes de autoridade, como os profetas e apóstolos bíblicos, essa revelação especial é absolutamente obrigatória.

Agora, em nossos dias, não temos mais apóstolos e profetas vivos e autorizados. Mas nós temos a Bíblia, que é obrigatória para todas as pessoas em todos os momentos. Como as Escrituras são a forma mais relevante de revelação especial para nós hoje, discutiremos isso em maior detalhe nas próximas duas lições. Por enquanto, no entanto, devemos voltar nossa atenção para a revelação existencial, que é a revelação de Deus através de pessoas humanas.

Revelação Existencial

Embora não tenha sido comum os teólogos falarem sobre “revelação existencial”, a idéia de que Deus se revela em e através de pessoas sempre foi reconhecida pela corrente principal da teologia protestante como parte da revelação geral. Em outras palavras, não estamos aqui advogando um novo tipo de revelação, mas simplesmente uma maneira diferente de categorizar a mesma revelação que os teólogos aceitaram por séculos.

Por exemplo, ouça o capítulo 1 da seção *Confissão de Fé de Westminster*, seção 10:

O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo em cuja sentença nos devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura.

A *Confissão* afirma que o juiz supremo em todas as controvérsias da religião é o Espírito Santo, e que o guia mais seguro para o julgamento do Espírito Santo é a Escritura. Mas observe que, ao apelar para as Escrituras como o último padrão revelado pelo qual todos os outros são julgados, a *Confissão* não simplesmente ignora esses outros como inúteis ou inválidos. Na verdade, a *Confissão* assume o valor de todas as outras fontes listadas. Deus usa concílios, escritores antigos, doutrinas de homens e espíritos privados para revelar sua vontade ao seu povo, mesmo que suas determinações devam estar sujeitas às Escrituras.

Podemos chamar essas formas de julgamentos humanos de “revelação existencial”. Nenhuma é uma simples apresentação de história ou criação, e nenhuma é uma comunicação direta sobrenatural de Deus. Em vez disso, cada um deles envolve a revelação de Deus através dos seres humanos, seja como as conclusões teológicas conjuntas alcançadas por grupos de pessoas, ou como os julgamentos dos indivíduos, ou como a condução interior e iluminação do Espírito Santo dentro dos crentes. Como fizemos com a revelação geral e especial, falaremos da complexidade da revelação existencial e depois de sua importância para a ética cristã.

Em primeiro lugar, a revelação existencial pode ser dividida em duas categorias principais: o que poderíamos chamar de aspectos externos da revelação existencial e os aspectos internos da revelação existencial.

Externo. Os aspectos externos da revelação existencial incluem coisas como: existência humana; julgamento humano, individual e corporativo; e comportamento humano. Podemos pensar na existência humana como uma forma de revelação porque os seres humanos são criados à imagem de Deus. Ou seja, em certo sentido, cada um de nós é uma réplica ou reflexo de Deus. Os seres humanos são as imagens que refletem a glória e a dignidade de Deus. E porque refletimos seu caráter, podemos aprender muitas coisas sobre Deus olhando para as pessoas.

Nosso segundo ponto, que o julgamento humano individual e corporativo é uma forma de revelação existencial, está intimamente relacionado ao fato de que somos criados à imagem de Deus. Ouça a maneira como Moisés registrou a história da criação da humanidade em Gênesis 1:26:

Então disse Deus: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. Domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os grandes animais de toda a terra e sobre todos os pequenos animais que se movem rente ao chão” (Gênesis 1:26).

Embora possamos tirar muitas inferências do fato de que somos criados à imagem de Deus, quando vemos pela primeira vez essa ideia nas Escrituras, o significado associado a ela é que Deus delega autoridade aos seres humanos para que eles governem o mundo. Uma implicação disso é que quando os seres humanos exercem autoridade, estamos revelando o caráter de Deus.

Outra maneira de vermos essa dinâmica em funcionamento é em Gênesis 2:19, onde lemos estas palavras:

Depois que formou da terra todos os animais do campo e todas as aves

do céu, o Senhor Deus os trouxe ao homem para ver como este lhes chamaria; e o nome que o homem desse a cada ser vivo, esse seria o seu nome (Gênesis 2:19).

Este é o primeiro exemplo que encontramos nas Escrituras, do homem exercendo a autoridade que Deus nos delegou. E considerando qualquer outra coisa que possamos dizer sobre esse exemplo, o fato é que, quando Adão deu nome aos animais, estava pensando e exercendo juízo. Portanto, é justo dizer que quando os seres humanos pensam e julgam em um exercício de autoridade divinamente delegada, estamos refletindo o caráter de Deus.

E este é precisamente o tipo de atividade a que a *Confissão de Fé de Westminster* está se referindo quando fala de “conselhos ... escritores antigos, doutrinas de homens e espíritos privados”.

Por exemplo, em Atos 15 lemos que os líderes da igreja se reuniram em Jerusalém para julgar as práticas dos gentios que se converteram ao cristianismo. O conselho, que foi assistido e apoiado por apóstolos como Pedro e Paulo, enviou uma carta explicando suas determinações às várias igrejas então existentes. Em Atos 15:28-29, Lucas registra que sua carta incluía as seguintes palavras:

Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós não impor a vocês nada além das seguintes exigências necessárias: Que se abstenham de comida sacrificada aos ídolos, do sangue, da carne de animais estrangulados e da imoralidade sexual (Atos 15.28-29).

Observe que o concílio de Jerusalém afirmou estar falando por si mesmo, bem como pelo Espírito Santo. Seu entendimento era que Deus poderia usar suas deliberações conjuntas para determinar o curso de ação apropriado para a igreja. Isso não quer dizer que os conselhos da igreja são infalíveis, mas meramente salientar que temos um precedente bíblico para acreditar que Deus usa seu povo coletivamente para revelar a verdade.

Esse também é o caso quando a igreja se reúne em grupos menores. Considere, por exemplo, as palavras de Jesus em Mateus 18:16 e 20:

Qualquer acusação seja confirmada pelo depoimento de duas ou três testemunhas ... Onde se reunirem dois ou três em meu nome, ali eu estou no meio deles (Mateus 18:16, 20).

Jesus ensinou que sempre que duas ou três testemunhas cristãs justamente confirmam uma questão de disciplina na igreja, Jesus apóia o exercício da autoridade que ele delegou à igreja. Portanto, é seguro concluir que quando os cristãos em grupos menores se reúnem e fazem julgamentos, seus julgamentos não são infalíveis, mas ainda é correto dizer que Deus usa julgamentos individuais e corporativos para guiar seu povo à verdade.

Além da existência humana e julgamento, Deus também usa o comportamento humano como um tipo externo de revelação existencial. Nós vemos isso frequentemente

nas Escrituras quando os autores bíblicos encorajam seus leitores a imitar o comportamento dos outros. Por exemplo, 1 Tessalonicenses 1:6-7:

Vocês se tornaram nossos imitadores e do Senhor ... Assim, tornaram-se modelo para todos os crentes que estão na Macedônia e na Acaia (1 Tessalonicenses 1:6-7).

Paulo louvou os crentes tessalonicenses por seguirem seu exemplo e por se tornarem um exemplo para os outros seguirem. Na medida em que o comportamento de Paulo e dos tessalonicenses refletia o caráter de Deus, era uma forma de revelação. Como resultado, tornou-se uma norma ou padrão para o comportamento ético.

Interno. Além desses tipos externos de revelação existencial, existem também tipos internos de revelação existencial. Embora possamos pensar em muitas maneiras pelas quais o Espírito Santo trabalha dentro dos seres humanos para revelar a verdade sobre Deus, nos concentraremos em dois. Primeiro, exploraremos o que os teólogos tradicionalmente chamam de “iluminação”. Segundo, investigaremos a “liderança interior” do Espírito Santo que se manifesta em coisas como consciência.

Quando falamos da iluminação do Espírito Santo, estamos nos referindo a um dom divino de entendimento que Deus dá aos crentes e até aos incrédulos. Quando o Espírito Santo ilumina a mente de uma pessoa, ela dá a essa pessoa uma habilidade ou conhecimento que a pessoa anteriormente não tinha. Um dos exemplos mais claros de iluminação pode ser encontrado em Mateus 16:15-17, onde lemos o seguinte relato:

[Jesus perguntou:] “Quem vocês dizem que eu sou?” Simão Pedro respondeu: “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo”. Respondeu Jesus: “Feliz é você, Simão, filho de Jonas! Porque isto não lhe foi revelado por carne ou sangue, mas por meu Pai que está nos céus” (Mateus 16:15-17).

Simão Pedro não descobriu sozinho que Jesus era o Cristo, nem aprendeu de outras pessoas. Em vez disso, Deus revelou diretamente esse conhecimento a Pedro.

Naturalmente, Pedro também foi confrontado com o próprio Jesus, e seu conhecimento pessoal de Jesus foi parte do processo pelo qual ele veio a entender que Jesus era o Cristo. Mas muitos outros que não chegaram a esse entendimento também foram confrontados com Jesus. A diferença foi que o Espírito Santo trabalhou dentro de Pedro para levá-lo a esse entendimento.

Paulo abordou a questão da iluminação dos crentes mais diretamente em 1 Coríntios 2, onde ele escreveu estas palavras nos versículos 11 e 12:

Pois, quem conhece os pensamentos do homem, a não ser o espírito do homem que nele está? Da mesma forma, ninguém conhece os pensamentos de Deus, a não ser o Espírito de Deus. Nós, porém, não recebemos o espírito do mundo, mas o Espírito procedente de Deus, para que entendamos as coisas que Deus nos tem dado gratuitamente (1 Coríntios 2:11-12).

O argumento de Paulo era que, embora crentes e não-cristãos possam apreender os mesmos fatos, eles não os compreendem da mesma maneira. Todas as pessoas são impedidas em sua compreensão da revelação porque elas são seres criados limitados. Mas o Espírito Santo trabalha dentro dos crentes para nos dar uma compreensão sobrenatural do evangelho e da verdade de Deus. No mínimo, todos os crentes têm uma fé e confiança em Jesus como salvador que vem diretamente do Espírito Santo. Como Paulo escreveu em Filipenses 1:29:

Pois a vocês foi dado o privilégio de não apenas crer em Cristo, mas também de sofrer por ele (Filipenses 1:29).

A palavra grega aqui traduzida como “concedida” significa “dada livremente”. O argumento de Paulo não é que os filipenses tiveram a oportunidade de acreditar, mas sim que Deus deu a eles como um dom gratuito sua própria fé em Jesus.

Curiosamente, a Bíblia também nos ensina que Deus ilumina até os incrédulos. Nós já vimos que Deus comunica a verdade a todos os incrédulos através da revelação geral, mas de acordo com Paulo, Deus também comunica a verdade aos incrédulos através da iluminação. Ouça as palavras de Paulo em Romanos 2:14-15:

Quando os gentios, que não têm a Lei, praticam naturalmente o que ela ordena ... mostram que as exigências da Lei estão gravadas em seu coração. Disso dão testemunho também a sua consciência e os pensamentos deles, ora acusando-os, ora defendendo-os (Romanos 2:14-15).

Em outras palavras, Deus implanta em todo ser humano, mesmo nos incrédulos, um conhecimento básico de sua lei. Independentemente da nossa exposição à revelação geral, todos nós instintivamente sabemos que certas coisas são certas e erradas, e nossas consciências testemunham esse fato.

Além disso, o Espírito Santo também fornece o que muitas vezes tem sido chamado de “liderança interior”. Em oposição à iluminação, que é principalmente cognitiva, a liderança interna tende a ser mais emotiva e intuitiva. É uma das formas mais comuns em que o Espírito Santo trabalha dentro dos indivíduos para revelar a verdade sobre o caráter de Deus. Vemos a liderança interior exibida claramente em coisas como nossas consciências individuais, bem como em nossos sentimentos muitas vezes indescritíveis de que Deus quer que tomemos um determinado curso de ação. Paulo se referiu a essa indescritível liderança interna em Filipenses 2:13 quando escreveu:

É Deus quem efetua em vocês tanto o querer quanto o realizar, de acordo com a boa vontade dele (Filipenses 2:13).

Observe que Paulo não estava aqui falando do que sabemos ou acreditamos, mas sim do que buscamos ou desejamos, do que motiva nossas ações. Esta também é uma forma de revelação porque comunica para nós impressões e intuições sobre o caráter de

Deus. E assim como todas as formas de revelação existencial, porque revela o caráter de Deus, é um padrão obrigatório que devemos obedecer e ao qual devemos nos conformar.

Analisamos as três categorias da revelação de Deus e vimos como toda a revelação de Deus nos fornece normas que revelam o caráter de Deus. Por enquanto, no entanto, vamos explorar a unidade dessas três categorias de normas reveladas.

UNIDADE

A revelação geral, especial e existencial estão intimamente relacionada. Todas revelam o mesmo Deus e, portanto, todas revelam o mesmo padrão, e todas são vinculantes e autoritárias. Mas o que isso significa para nós quando tentamos tomar decisões bíblicas? Como você deve lembrar, nosso modelo para a tomada de decisões bíblicas é: “O julgamento ético envolve a aplicação da Palavra de Deus a uma situação de uma pessoa”. À luz desse modelo, a unidade da revelação geral, especial e existencial de Deus indica que devemos informar todos os nossos julgamentos éticos através de toda a revelação disponível para nós. É claro que a Escritura é inteiramente suficiente para nos instruir sobre a ética cristã. A revelação geral e existencial não nos fornece novas informações sobre o caráter de Deus que não estejam contidas nas Escrituras. Mas nós entenderemos o que a Escritura nos ensina muito mais claramente quando a comparamos com todas as outras revelações de Deus. De fato, sem a revelação geral dos livros e da linguagem, nem sequer teríamos acesso à revelação especial das Escrituras. E, claro, a iluminação do Espírito Santo, a revelação existencial, é fundamental para compreendermos a mensagem da Escritura. Portanto, o uso de todas as formas da revelação de Deus fornece uma grande percepção para nós quando aplicamos as Escrituras à vida.

CONCLUSÃO

Nesta lição, exploramos dois aspectos da perspectiva normativa na ética cristã. Vimos que o próprio Deus é o padrão supremo para todo comportamento ético e que seu caráter obriga todos os seres humanos a imitá-lo. Também vimos que o próprio Deus não pode ser conhecido à parte de sua Palavra ou revelação, de modo que devemos receber sua revelação em todas as suas formas como nosso padrão revelado ou prático.

À medida que procuramos desenvolver nossas idéias de ética cristã, devemos sempre ser guiados pelo caráter de Deus, conforme revelado na natureza e na história, nas Escrituras e nos seres humanos. À medida que aplicamos esses conceitos em nossas vidas diárias, nos encontraremos mais bem equipados para tomar decisões éticas que agradem a Deus e que tragam bênçãos para seu povo.